

ÉTICA, MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE: AGOSTINHO ENTRE NÓS ETHICS, MYSTICISM AND SPIRITUALITY: AUGUSTINE AMONG US

Sílvia Maria de Contaldo*

*“Enquanto não podemos entender as coisas puras é mesmo
deplorável sermos
enganados pela autoridade;
porém certamente é mais deplorável não nos movermos”
(Santo Agostinho, Da utilidade de crer, xvi, 34)*

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar, no âmbito do pensamento de Santo Agostinho, a possível junção entre a razão e a fé no trato de questões que respondem a inquietações de matiz próprias do universo filosófico. Especificamente buscou-se tratar esse tema na (re)leitura da carta CXX, dirigida a Consencio, por volta do ano 410 dC. Também é intenção apresentar a originalidade de Agostinho para, valendo-se do gênero epistolar, discutir e refletir sobre diferentes assuntos, sempre a enfatizar o valor da argumentação que se apoia no exercício dialógico. Verifica-se que o propósito de Agostinho, muitas vezes, não é demonstrar a verdade, mas demonstrar a possibilidade de alcançá-la, mediante um empenho investigativo que não deixa de lado a dimensão da fé. Antes, toma-a como componente do universo de conhecimento que também é universo de formação do sujeito em suas múltiplas dimensões.

Palavras-chave: Agostinho. Cartas. Conhecimento. Diálogo. Sujeito.

Abstract

This article aims to present, within the scope of Saint Augustine's thought, the possible conjunction between reason and faith in dealing with questions that respond to concerns of different shades of the philosophical universe. We specifically sought to address this issue in the (re) reading of letter CXX, addressed to Consencio, around AD 410. It is also intended to present Augustine's originality so that, using the epistolary genre, to discuss and reflect on different subjects, always emphasizing the value of the argument supported by the dialogical exercise. It turns out that Augustine's purpose is often not to demonstrate the truth, but to demonstrate the possibility of achieving it, through an investigative effort that does not neglect the dimension of faith. Rather, it takes it as a component of the universe of knowledge, which is also the universe of formation of the subject in its multiple dimensions.

Keywords: Augustine. Letters. Knowledge. Dialogue. Subject.

Artigo Submetido em 10 de Novembro de 2019 e aprovado em 15 de Janeiro de 2020

* Professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e da Faculdade Jesuíta de Minas Gerais (FAJE). Doutora em Filosofia Medieval pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora da Filosofia Medieval com ênfase na Filosofia de Agostinho. Membro do GT *Agostinho e a Filosofia Tardo-Antiga* da ANPOF. Email: silviacontaldo@hotmail.com

1 DUAS OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Em primeiro lugar, são muitas as questões que emergem quando falamos em mística e espiritualidade em mundo marcado pelo exercício da razão instrumental e pela crença em sua infalibilidade, de forma que outras possibilidades de saber, de conhecer e de viver são postas de lado, inclusive a dimensão ética. No entanto, vale o esforço do diálogo, da conversa, do exercício da palavra, quem sabe, para darmos conta da força de uma razão sábia que não se opõe ao pensamento místico-especulativo. Esse é um dos desafios da educação, da filosofia e do direito para o século XXI. Abrir espaços de aprendizagens para que a formação do sujeito seja pluridimensional, visto que somos pessoa de múltiplas dimensões, todas igualmente importantes. Uma delas, por exemplo, é a dimensão espiritual, que parece sobrepujada por dimensões de ordem materialista. Não se trata aqui de hierarquizar dimensões, mas de reafirmar o quão importante é a educação que privilegia não apenas informação, mas formação. E essa se dá na inteireza da nossa humanidade, o que inclui a dimensão da espiritualidade.

Em segundo lugar e, nessa perspectiva, é que se pretende mostrar que Agostinho (354-430), filósofo e teólogo do século IV, sem negar a fé, admite e aposta em uma razão esclarecedora para a compreensão de muitos temas que interpelam a vida espiritual. Muitas vezes, no mundo contemporâneo, deparamo-nos com certa dicotomia entre razão e fé. Ou uma ou outra. Agostinho, ao contrário, propõe uma metodologia conjuntiva. Nem fé nem razão, mas fé e razão numa trilha comum que pode conduzir ao conhecimento de Deus, misticamente. Em uma de suas cartas, a de número 120, escrita a Consêncio¹, um padre espanhol, em 410, Agostinho propõe esse esforço conjunto da razão e da fé para o entendimento de questões teológicas, e que são, para nós, questões filosóficas que respondem a inquietações de matiz existencial próprias do universo filosófico.

2 SANTO AGOSTINHO, A MÍSTICA E A ESPIRITUALIDADE

Henrique C. de Lima Vaz, em sua obra *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental* lembra que temos sofrido com a “deterioração semântica da palavra mística. Muitas

¹ Consêncio, em 410, escrevera a Agostinho (Epístola CXIX) solicitando ao Bispo de Hipona que lhe esclareça questões sobre a Trindade, sobre a relação entre as duas naturezas de Cristo e sobre a relação entre as Três Pessoas da Trindade. Questões difíceis, certamente, cujas respostas, Consêncio supôs, deveriam ser esclarecidas apenas no âmbito da fé, apoiada na autoridade e ‘superioridade’ da Teologia e sem o auxílio da argumentação filosófica. O velho bispo de Hipona escreve uma resposta magnífica (Epístola CXX), demonstrando que é indispensável o exercício da razão, visto que esta não se opõe à fé, para ampliar e aprofundar o conhecimento do que nos parece, à primeira vista, incompreensível.

vezes a palavra é tomada com ‘forte dose passional e larga dose de irracionalidade’ (VAZ, 2000, p.9). Porém, mística, espiritualidade, não são território de irracionalidades. Lima Vaz explicita: “o sentido original que vigorou por longo tempo do termo mística diz respeito a uma forma superior de experiência, de natureza religiosa, ou religiosa-filosófica (Plotino) que se desenrola num plano transracional – não aquém, mas além da razão, mas por outro lado mobiliza as mais poderosas energias psíquicas do indivíduo” (VAZ, 2000, p.9). Afirma ainda o mesmo autor, que podemos reconhecer “em Santo Agostinho um mestre indiscutível de uma mística especulativa, que deu uma expressão latina e genuinamente cristã à terminologia e à estrutura conceptual da contemplação neoplatônica” (VAZ, 2000, p.37).

É sob essa ótica que se pretende apresentar a Epístola CXX, de Agostinho a Consêncio, como exemplo de exercício dialógico, procedimento fundamental para a formação de um espírito crítico e reflexivo, que seja capaz de enfrentar as questões do seu próprio tempo.

3 A CARTA A CONSÊNCIO: RESPOSTA AO MISSIVISTA

A carta de Agostinho, dirigida a Consêncio, está dividida em quatro pequenos capítulos, e é uma resposta de Agostinho a Consêncio que, por sua vez, pedira ao bispo de Hipona esclarecimentos acerca de questões teológicas, especialmente sobre o tema da Trindade. Agostinho inicia a resposta convocando Consêncio, para que esteja junto dele, de modo que possam dialogar presencialmente. Agostinho escreve: “Creio que alguns de meus opúsculos lhe serão necessários, quero que os leia em minha presença e não longe de mim” (Epístola CXX, I,1). O apelo é para que as questões que foram postas sejam dirimidas mediante a conversação e o exercício aclarador da razão, conforme ele mesmo justifica: “em uma cordial troca de impressões poderemos ver o que é necessário corrigir em seus livros e assim faremos, enquanto o Senhor nos permitir, a mim esclarecer e a ti entender (Epístola CXX, I,3)”. Sem dúvida, uma boa prática educativa, baseada numa relação dialógica e não numa repetição de conteúdos, muitas vezes embalados em respostas prontas e superficiais.

Agostinho, além de reconhecer a humildade da inteligência - pois sempre haverá algo por saber ou entender, não deixa de reiterar a força da razão interrogante que, ao contrário do que muitos pensam, não se opõe ao conhecimento obtido pela fé. Alerta a seu interlocutor, que ele tem – e todos nós - a “faculdade de saber e explicar as coisas nas quais pensa” (Epístola CXIX, I,1). Dessa faculdade não deveríamos jamais desistir. Infelizmente, a razão tecnicista estimula o abandono do pensar, visto que todas as coisas nos são dadas (ou

vendidas!) de pronto, sem a mediação da reflexão. Vide, por exemplo, a recepção passiva das *fakenews* no século XXI e que desestabilizam o exercício da razão crítica e contribuem para a crença numa realidade superficial e fluida.

Retomando os valores e contextos do século IV, também marcado por interpretações aligeiradas dos textos sagrados e por dissensos desnecessários, conforme entendimento de Peter Brown (2005)², Agostinho inicia um processo pedagógico e começa por recomendar atitudes básicas, ainda hoje valiosas para aprendizagens mais substanciais, tais como marcar o texto nas passagens mais obscuras, aquelas que possam ser objeto de interrogação e esclarecimento (Epístola CXX, I,1), numa espécie de pré-leitura para que as conclusões não sejam precipitadas, sem a devida reflexão sobre o que está posto.

É sobre esse modo de investigação, que privilegia mais a pergunta do que a resposta que pensamos haver possibilidades de outros esquemas mentais, não lineares e que possam evidenciar outras dimensões do ser humano, para além do *homo faber* e do *homo consumericus*, conforme Giles Lipovetsky (2007)³.

Vejamos: essa carta data de uma época em que Agostinho, então bispo de Hipona já contava com uma admirável e importante obra. Textos basilares estavam feitos, como *Confissões* e *De Trinitate*, para citar apenas duas obras clássicas. Mesmo assim Agostinho não se indispõe à revisão, à discussão. Não se fecha em seu corpo doutrinário. Nessa perspectiva de abertura ao diálogo é que fazemos a pergunta: o que Consêncio perguntou a Agostinho que resultou em resposta genial? Consêncio pedira que as questões da Trindade, da unidade da divindade e da distinção entre as pessoas da Trindade fossem tratadas com prudência e cautela, pois sentia os olhos embaciados e por isso solicitara o auxílio de Agostinho. Pode ser que esse embaciamento seja consequência da visão unívoca de Consêncio, visto ele acreditar que a verdade deve ser averiguada por meio da fé mais do que pela razão. E se se aceita esse pressuposto então o mais sensato, responde Agostinho, é seguir a autoridade dos Santos e deixar de lado a razão. Porém Agostinho insiste em outro caminho, numa espécie de apelo à limpidez da razão que em nada diminui o valor e o alcance daquilo que se conhece por meio da fé.

² Agostinho, aclamado como um dos mestres do Ocidente, é autor de mais de cinco milhões de palavras. No conjunto de sua obra encontram-se uma autobiografia – *Confissões*, talvez um adas obras mais conhecidas e nem sempre entendida, diálogos filosóficos, obras dogmáticas, sermões, cartas – mais de 200 e muitos escritos polêmicos. Não lhe faltaram, ao longo da sua vida, a disposição para discutir e debater sobre temas controversos de diferentes segmentos religiosos que, naquela época, proliferaram em solo romano-cristão: Maniqueísmo, Donatismo, Pelagianismo).

³ A expressão *Homo consumericus*, utilizada por Lipovetsky, serve para tipificar o novo perfil de homens e mulheres do século XXI, marcado por um *ethos* consumista.

4 CRER E COMPREENDER, UMA TRAMA DIALÓGICA

É claro que também Agostinho não pusera de lado sua crença em Deus, da fé n'Aquele que nos auxilia interiormente, de modo a termos condição de começar a compreender esse grande mistério, no caso, objeto daquela correspondência epistolar. Não podemos perder de vista, obviamente, que o contexto histórico do século IV é próprio dos conflitos religiosos em razão, dentre outras, da diversidade de interpretações do texto sagrado como, por exemplo, a questão da existência do mal.⁴

Bem e mal, conforme também Marcos Roberto Nunes Costa, da Universidade Federal de Pernambuco (COSTA, 2006) são questões tratadas em vários ramos do saber e do poder, da filosofia ao direito, da ética à religião. Dos livros religiosos aos livros jurídicos, o parâmetro mensurativo, prescritivo e valorativo do mal sempre foi um complexo lema a ser debatido. Antes, contudo, de pôr-se a explicar a intrincada questão teológica, Agostinho pergunta a Consêncio se ele não estaria equivocado em sua suposição. Segundo o estilo que lhe é peculiar Agostinho cerca seu correspondente numa bela trama dialógica, demonstrando intrinsecamente a complexidade temática de suas explanações. Ele contra-argumenta, como fazem os professores de linhagem socrática:

“Se se considera racional quando você pede que eu ou outro qualquer lhe explique para que você possa entender aquilo que crê, então deve corrigir sua convicção, pois a questão não é rechaçar a fé, mas compreender que também à luz da razão se pode compreender aquilo que com a fé se admite com firmeza (AGOSTINHO, Epístola CXX).

Dizendo de outro modo, não se pode prescindir da razão para explicar o que quer que seja. Além disso, seria absurdo se Deus odiasse em nós a faculdade racional, pela qual nos criou superiores aos outros animais, arremata Agostinho. Para sustentar seu raciocínio Agostinho traz à tona a admoestação do profeta Isaías (Is.7,9): “se não crederdes não compreendereis”, para então demonstrar que se devemos primeiramente crer para depois entendermos aquilo em que cremos, é a própria razão que exige ser precedida pela fé. É uma espécie de movimento em que a razão dá a volta sobre si mesma ou como qualificou Lima Vaz, é *transracional*.

⁴ No amplo repertório da história da Filosofia talvez o tema da existência do mal seja um dos mais recorrentes e ainda inconcluso. Desde os antigos filósofos o tema tem sido vigorosamente debatido. Especificamente, no século IV, Agostinho foi protagonista de inúmeras discussões com o Maniqueísmo, seita religiosa de origem persa, que preconizava a existência de dois princípios – o Bem e o Mal. Para discutir e dirimir essas questões junto ao maniqueus, Agostinho escreveu o opúsculo intitulado *A natureza do bem*, por volta do ano 400 d.C.

A partir dessa exigência da razão Agostinho lembraria que, para dar razões de nossa fé, seja a um crente ou não, a inteligência não pode estar comprometida em sua capacidade de entender as coisas, para que possa percorrer o caminho ascensional que nos conduz a Deus. E esse caminho, se não abandonado, nos permite a contemplação das coisas incorpóreas e imutáveis, a contemplação *cara a cara*. Parece estar aí, uma via mística de conhecimento, não mais dependente de movimentos tensionais entre a razão ou a fé, mas realizada *facie ad faciem*. É o contrário de um “processo acelerado de desagregação ontológica do ser humano como mistério”, lembra o dominicano Frei Betto (2010, p.246).

O interessante é que Agostinho não propõe ou estabelece apenas um caminho. Dependendo do caminhante pode ser mais breve ou mais longo. Apenas aqueles que recusam o caminhar não poderão mesmo penetrar no santuário dessa felicidade plena, vale dizer, da experiência de contemplação mística. Nesse caso, apenas alguns raios de sol chegariam ao sujeito sem iluminar inteiramente sua inteligência e, portanto, estaria comprometido em sua capacidade intelectual.

Nessa linha de pensamento, Agostinho também lembra que não podemos dar a razão de todas as coisas que não vemos e, que, no entanto, existem. Especialmente aí Agostinho propõe a mística das coisas não vistas, pois as obras divinas não deixarão de ser obras divinas, se não conseguimos vê-las com os olhos da razão. É até mais conveniente que exercitemos nossa inteligência, mediante a contemplação do que é visível para que alcancemos a fé no invisível, *de fide rerum quae non videntur* (A fé nas coisas invisíveis), conforme Hermínio Rodríguez (1948, p.791-792)⁵.

Dessa forma, segundo o pensamento de Agostinho, a razão nos alerta exteriormente enquanto a Verdade nos ilumina interiormente. Como ele afirma, “a fé desempenha o papel que lhe toca e, graças a essa preparação, a razão encontra, na sequência, alguma das verdades que buscava: “melhor é crer no que é verdadeiro, ainda que não o vejamos, do que pensar que aquilo que vemos é verdadeiro quando, na realidade é falso”, ele afirma (A fé nas coisas invisíveis II,8). E complementa que a fé tem seus próprios olhos (*fides oculos suos*) e por meio deles vê, de certo modo, que é verdadeiro o que não vê corporeamente.

Apenas a título de informação, vale notar que, ao longo dessa carta, é claríssima a marca neoplatônica. Das coisas corporais e visíveis temos conhecimento parcial, com os olhos

⁵ Trata-se, provavelmente, de um sermão proferido por Agostinho com o objetivo de refutar certas incredulidades e afirmar a indispensabilidade da fé para os arranjos existenciais. Sem a fé, diz Agostinho, não existiria amizade, nem amor entre familiares, nem relações sociais. É preciso, afirma Agostinho, ter fé em muitas coisas ainda que não as vejamos.

corporais. As coisas invisíveis demandam um entendimento peculiar, pois quando as vemos sabemos que elas são mais verdadeiras do que aquelas visíveis. E, por isso mesmo, Agostinho lembra que são três espécies de realidades visíveis: as corpóreas (céu, terra, aquelas que são percebidas pelos sentidos corporais), aquelas que são semelhantes às realidades corporais (aquelas que se assemelham ao que recordamos, aos sonhos etc.) e a terceira, que se distingue das anteriores, que não se compõe nem de corpos nem de objetos semelhantes a eles. Agostinho dá como exemplo a sabedoria: vemos a sabedoria quando a entendemos com a mente e à sua luz julgamos com veracidade todas as coisas.

É a percepção dessa distinção que Agostinho pede a seu interlocutor, Consêncio, que aplique ao entendimento da Trindade – objeto da sua consulta ao bispo de Hipona, mas sobretudo que “ame intensamente o entender” (*intellectum vero valde ama*), pois nem sequer as Sagradas Escrituras poderiam nos ser úteis se não as entendermos retamente. Os hereges são hereges não por tê-las menosprezados mas por não tê-las entendido, ele arremata (cf. Epístola CXX,3,13).

Necessária aqui uma interposição, para melhor ressaltar o valor do gênero epistolar como modalidade de prática educativa, entre tantas outras com as quais se possa favorecer o exercício da palavra. Agostinho, desde a infância, percebera que a aquisição de conhecimentos não se dá por imposição. A aprendizagem nasce da livre curiosidade – e por isso mesmo o gênero epistolar é valoroso, pois favorece a interlocução, instiga o pensamento, a reflexão, a pergunta, de forma processual. Conhecimento que é imposto costuma ser esquecido, como a repetição de conjugações verbais, tabelas periódicas etc. Ouçamos o próprio Agostinho, em suas *Confissões* (I, xiv, 23):

“[...]Não conhecia nenhuma daquelas palavras, e era ameaçado veementemente com penas ferozes e terríveis para que as aprendesse.[...] parece evidente que no aprendizado é eficaz, muito mais que uma obrigação ameaçadora, a curiosidade livre”⁶

⁶ No caso, ao invés de impor aos outros a sua concepção filosófico-teológica, Agostinho valeu-se muito bem do gênero epistolar como instrumento de boa prática pedagógica. Naquele contexto, para a socialização das ideias, a publicização das discussões, não se dispunha de outros meios a não ser o pergaminho e a pena, fora os inúmeros obstáculos geográficos para ‘aulas presenciais’. Para licenciandos e professores do século XXI outros são os obstáculos. Mas nada há que não possa ser aprendido, se se buscam modalidades dialógicas tais como cartas, memorial, diário etc. Exemplo que vale conferir: o filme *Escritores da Liberdade* (2007), de Richard La Gravenese. Baseado numa história real, publicada sob o título *The Freedom Writers Diaries*, o filme mostra como jovens (aqueles que nenhuma escola quer...) aprenderam de forma significativa. Graças ao livre exercício da escrita, seguindo a metodologia de um ‘diário’ – exercício da palavra viva, proposto pela professora Erin Gruwell, tornaram-se protagonistas de sua própria vida e puderam, de fato, aprender e dar sentido à sua existência.

Assim, ao final da explicação teológica, nesse gênero epistolar, Agostinho pede a Consêncio que continue lendo e ouvindo outras coisas para que possa corrigir com maior competência suas expressões menos felizes. Desculpa-se, por assim dizer, por ter sido prolixo. Mas adverte que a extensão da sua resposta não teve por objetivo satisfazer a erudição do seu leitor, mas para que ele justamente prosseguisse nos estudos, os quais serão tanto melhor quando feitos com maior humildade e fidelidade. Essa recomendação, sem dúvida, continua atualíssima pois, na velocidade vertiginosa que as informações circulam nesse espaço cibernético, fluido, líquido, para usar a expressão de Bauman, e “a crise da racionalidade leva a um questionamento de todos os esquemas, de todas as ideologias, de todas as ciências, de tudo aquilo que pretende ser uma explicação suficiente do real” (FREI BETTO, 2010 p.74.).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Importante ressaltar como a filosofia deixada por Agostinho pôde ser historicamente reconhecida em bases dialógicas. Ao longo dos tempos, entendeu-se que um dos problemas fundamentais do pensamento ocidental, como o da reciprocidade do reconhecimento, tematizado por Hegel, entre outros, atravessou o cenário ético e jurídico, de diversas perspectivas, atuando no mundo contemporâneo como um fator preponderante de novos cenários de humanidade. Finalmente, pode-se afirmar que em Agostinho, o diálogo não é apenas uma categoria especulativa, mas se qualifica como método de pensar, não mais recolhido na monologia da consciência, mas oferecido à evidência relacional, “ao olhar de Deus e ao do homem”, como bem ressalta Rita Melillo (2000).

Pode-se, então, questionar seguindo o raciocínio agostiniano, se então, valeria a pena retomar espaços de espiritualidade e de profundidade mística nos espaços de formação? Sem dúvida. Pois como Agostinho não receou aprender a partir de perguntas que nascem mais do interior que do exterior, também nós, docentes de Filosofia, aprendizes do *logos*, cidadãos de uma sonhada *polis* democrática, podemos arriscar um mergulho na interioridade, “distante e difícil”. Para alcançá-la, menciona Agostino Trapé (2018, p.418), é “preciso um exercício paciente e perseverante” que, semelhante ao processo educativo, é tarefa para uma vida inteira.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **A natureza do bem**. Rio de Janeiro: Ed. Sétimo Selo, 2006.

BROWN, P. **Santo Agostinho: Uma Biografia**. Traduzido por Vera Ribeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. O problema do mal em Santo Agostinho. In: COSTA, Marcos Roberto Nunes. (Org.). **A filosofia Medieval no Brasil: persistência e resistência**. 1 ed. Recife: Printer Gráfica e Editora, 2006, v. 01, p. 161-176.

ESCRITORES da Liberdade. Direção de Richard La Gravenese. Los Angeles: MTV Films, 2007. DVD (122 min).

FREI BETTO; BOFF, Leonardo. **Mística e Espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2010

GRUWELL, Erin. **O diário dos escritores da Liberdade**. Traduzido por Dayane Silva. 10 ed. Curitiba: [s.n.], 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. Tradução de Maria Lúcia Machado, Rio de Janeiro: Record 2007.

MELILLO, Rita. Sant'Agostino e il dialogo oggi. **Solofra Storica**, 2000.
Disponível em: <http://www.solofrastorica.it/melillo.htm>
Acesso em 19 Fev. 2020.

RODRÍGUEZ, P. Hermínio. Introducción. In: **Obras de San Agustín: obras apologéticas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1948. Tomo IV, p. 791-792

SAN AGUSTIN. Carta 120. In: **Obras de San Agustin**. Madrid: La Editorial Catolica/BAC, 1958, p.881-904.

SANT'AGOSTINO. **Augustinis Hiponense**.
Disponível em: <https://www.augustinus.it/latino/lettere/index.htm>. Acesso em 13 Fev. 2020.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTO AGOSTINHO. **A fé nas coisas invisíveis**. São Paulo: Paulus, 2017, p.297-314 (Patrística)

TRAPÉ, Agostino. Agostinho. **O homem, o pastor, o místico**. São Paulo: Scripta, 2018

VAZ, Henrique Cláudio de Lima Vaz. **Experiência mística e filosofia na tradição ocidental**. São Paulo: Loyola, 2000.